

BRASILPREV e FUNCEF lideram ranking da atuação socioambiental das entidades de previdência complementar

Das cinco maiores entidades abertas de previdência privada complementar em atuação no Brasil, a BRASILPREV foi a única a conseguir uma nota superior a 10 em uma escala que vai de zero a 100, no 4º ciclo do Ranking da Atuação Socioambiental de instituições financeiras (RASA). A avaliação levou em conta as políticas e ações com relação à pauta ASG.

Com 12,7, a BRASILPREV ficou à frente de Zurich Vida e Previdência (5,32) e do BRADESCO (4,315), seguidos por Caixa Seguridade (1,68) e Itaú Previdência (0,57). BRASILPREV e Itaú Previdência se destacam por oferecerem alguns planos de previdência recentes com características ASG, mas isso ainda não se reflete na pontuação porque o percentual é muito pequeno face ao total de ativos geridos. Caixa e BRADESCO possuem como boa prática a integração de fatores ASG na remuneração da direção superior (embora o peso não fique claro).

O estudo avaliou também os 12 maiores fundos de pensão: PREVI, PETROS, FUNCEF, VIVEST, Fundação Itaú, Valia, BANESPREV, SISTEL, FORLUZ, Real Grandeza, FAPES e Fundação COPEL. Neste segmento, apesar de não haver concorrência, pois somente os empregados das empresas patrocinadoras podem aderir, as notas foram ligeiramente superiores: FUNCEF (14,43), Fundação Itaú (12,6) e Real Grandeza (7,24). A menor nota final, também em uma escala de zero a 100, ficou com a Fundação COPEL, com 0,02.

Este quarto ciclo do RASA encerra as análises das diversas categorias de entidades do setor financeiro (os ciclos anteriores analisaram bancos comerciais e cooperativos, instituições financeiras de desenvolvimento e seguradoras). Segundo Luciane Moessa, Diretora Executiva e Técnica da associação SIS (Soluções Inclusivas Sustentáveis), o resultado deste ciclo decepcionou, especialmente porque as entidades de previdência privada são as que possuem melhores condições para considerar a questão da sustentabilidade em seus portfólios porque atuam com produtos com foco em retorno no longo prazo.

"A integração de fatores ASG nos investimentos das entidades de previdência na economia real é simples questão de inteligência, já que os riscos climáticos, ambientais e sociais se materializam com mais clareza (inclusive financeira) quanto maior o horizonte temporal considerado. Não olhar para isso com a devida seriedade é colocar em risco os investimentos dos participantes ou a sustentabilidade financeira da própria entidade."

Luciane explica ainda que “a metodologia do RASA vai muito além de analisar apenas o que as entidades declaram sobre o tema em suas Políticas. Ela verifica também em profundidade as ações adotadas (incluindo a governança do tema) e a composição dos Portfólios de investimentos - é o que chamamos de PAP - Políticas + Ações + Portfólios”.

No que se refere às ações, critérios como as bases de dados consultadas, a frequência e abrangência do monitoramento de riscos, ações de mitigação de risco e a relevância das avaliações de risco ambiental, social e climático no processo decisório são tidos em conta. Na composição do portfólio, verifica-se o setor econômico, a localização e o nível de risco socioambiental das empresas que recebem investimentos, assim como eventuais investimentos com impactos positivos.

Neste ciclo do RASA, surpreendeu o fato de, pela primeira vez, nenhuma entidade avaliada (sejam as abertas ou as fechadas) enviou informações adicionais que pudessem complementar aquelas coletadas em bases de dados públicas. O prazo para o envio desses dados é de três semanas, mas não houve manifestação das entidades, o que implica que elas de fato provavelmente não tivessem informações relevantes que pudessem fazer subir as suas notas.

As bases de dados onde são coletadas as informações públicas das entidades são: as Políticas de Sustentabilidade e outras informações disponíveis nos *sites*, tais como os Relatórios de sustentabilidade; o Formulário de Referência (para as que captam recursos no mercado de capitais - isso vale apenas para entidades abertas); os relatórios PRI (*Principles for Responsible Investment*) daquelas que são signatárias; as respostas aos questionários CDP (*Carbon Disclosure Project*) das entidades que os respondem, ou qualquer outra fonte publicamente disponível. Os relatórios PRI são uma das melhores fontes de informações relacionadas a práticas de investimento responsável e integração de critérios ASG nas estratégias de investimento das entidades de previdência. Já as respostas aos questionários CDP são dadas geralmente pelas entidades abertas, pois dependem da captação de investimentos e essa é uma fonte relevante para investidores e *stakeholders* preocupados com questões ambientais.

Como nos ciclos anteriores, os resultados foram anunciados e discutidos em uma live da SIS, realizada nesta quinta (29), com participação dos especialistas: Isabel Garcia Drigo, gerente de clima e emissões do IMAFLORA, Lucca Rizzo, advogado sênior de finanças, investimentos e

clima do Instituto Clima e Sociedade, e Cristiane Mazzetti, porta-voz do Greenpeace.

Lucca Rizzo destacou que cada vez mais as mudanças climáticas são um fator de risco financeiro e isso precisa ser considerado no portfólio e nas decisões de investimento. Para garantir os benefícios de previdência complementar para quem contrata seus planos, essas entidades devem investir em ativos de longo prazo, como títulos públicos, títulos de crédito privado, fundos de investimento de renda fixa e variável e títulos privados e ações de companhias abertas.

"Portanto, os investidores podem optar por ações de uma empresa com estratégia de descarbonização robusta ou com baixo desempenho ASG. Mas essa escolha vai trazer resultados financeiros positivos ou negativos a longo prazo ou mais risco, dependendo da escolha que for feita." Ele sublinhou ainda o papel dos consumidores de planos de previdência que, ao observarem o desempenho socioambiental das entidades de previdência, podem cobrar e fazer escolhas baseadas nesse desempenho, sobretudo quando buscam um plano oferecido por entidades abertas. Concluiu lembrando que a Taxonomia Sustentável que o governo federal está preparando e para a qual a SIS vem contribuindo servirá para nortear "investimentos verdes", que são esperados dos investidores institucionais.

Cristiane Mazzetti destacou que o ranking RASA, ao avaliar as políticas de sustentabilidade de entidades de previdência e sobretudo como essas políticas são ou não implementadas, tira essas entidades do anonimato quanto ao seu papel na viabilização de atividades econômicas que oferecem riscos ambientais, sociais e climáticos. "Ao olharmos os resultados, vemos que as entidades estão longe de se adequar ao que se poderia esperar, por exemplo, no que diz respeito às bases de dados socioambientais consultadas, em que as notas são baixíssimas. Um aspecto positivo é que três entidades tiveram boa nota em monitoramento de risco, mas falta muita transparência, pois não é possível verificar como essas ações de monitoramento se refletem no processo decisório, já que não são divulgadas informações sobre esse ponto".

Ela elogiou a metodologia que inclui, entre as ações de mitigação de riscos, o engajamento com as empresas no que se refere aos riscos em suas cadeias de produção. E apontou vários exemplos de como empresas que operam em setores de altíssimo risco, como os frigoríficos, já divulgaram compromissos de monitorar seus fornecedores indiretos quanto a riscos de desmatamento desde 2011 e esse compromisso não foi cumprido até hoje.

Para finalizar, Isabel falou da importância de trabalhar com dados públicos, mas chamou a sua atenção a falta de informação das entidades. "Esse deserto de informações, como a Luciane chama, nos leva a outras perguntas. Por que esses dados não existem? Ou existem e as instituições estão coletando e analisando dados que não são divulgados?", indaga. Como no Imaflora ela trabalha com questões do clima e inteligência de dados, acredita que não há mais desculpa para essas entidades não terem dados mais consistentes, uma vez que existem várias bases de informação em entidades da sociedade civil - e citou como exemplos "Soja na linha" e "Boi na linha", duas iniciativas lideradas pelo IMAFLORA quanto a setores com altíssimos riscos de desmatamento no Brasil.

Um ponto ressaltado tanto por Cristiane quanto por Isabel foi a importância de se conhecer a localização das atividades das empresas, informação básica para o gerenciamento de riscos socioambientais e climáticos. Cristiane citou como exemplo a expansão da soja no Matopiba, já retratada no relatório "Cultivando violência", que o Greenpeace publicou em 2019, e da pecuária na Amazônia, em que dados do MapBiomas demonstram que 88% das áreas desmatadas foram usadas para pastagens.

Por outro lado, tanto Lucca Rizzo quanto Cristiane enfatizaram o papel dos reguladores financeiros, no caso SUSEP e PREVIC, para fazer avançar essa agenda, seja exigindo mais transparência por parte das entidades de previdência, seja sendo mais claras quanto aos deveres de diligência socioambientais que elas possuem com relação à gestão de investimentos.

Luciane Moessa finalizou adiantando que, em 2024, o primeiro evento da SIS, em março, será justamente o lançamento de um estudo com recomendações para esses dois reguladores brasileiros avançarem na agenda ASG. Para ter acesso ao relatório completo, veja [aqui](#), e para ver a gravação da *live*, clique [aqui](#).

Mais informações:

Aviv Comunicação

Katia Cardoso (11) 93775-6426

KATIA.CARDOSO@AVIVCOMUNICACAO.COM.BR